

HABEAS CORPUS Nº 548.739 - SP (2019/0357366-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **FABIO EDUARDO DE ARRUDA MOLINA**
ADVOGADO : **FÁBIO EDUARDO DE ARRUDA MOLINA - SP190650**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ANDRE LUIS DE QUEIROZ (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ANDRÉ LUÍS DE QUEIROZ apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2224165-35.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 5/2/2019, pela suposta infração do art. 180, § 1º, do Código Penal, por ter, em conluio com concorrentes, adquirido, recebido ou utilizado, em proveito próprio e de terceiro, no exercício da atividade comercial, (e-STJ fls. 32/33):

[...] coisa que deviam saber ser produto de crime, qual seja, 15.000 (quinze mil) litros de etanol combustível, de propriedade da vítima Airton Munhoz, avaliados em R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais), conforme boletins de ocorrência de fls. 48/54, auto de exibição e apreensão de fls. 55/56 e 186, auto de entrega de fls. 178/181, livro de registro da movimentação de combustíveis do Posto 4000 de fls. 58/61, auto de avaliação de fls. 200, laudos periciais dos celulares a serem posteriormente juntados aos autos, requisitados às fls. 173/174, laudo pericial do gravador de imagens a ser posteriormente juntado aos autos, requisitado às fls. 175, relatório de investigações de fls. 182/185, 187/191, 192/199.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 51):

HABEAS CORPUS. Recepção qualificada. Paciente que seria responsável por intermediar compra de combustíveis subtraídos e direcioná-los a postos. Indicadores de materialidade e autoria. Deliberação suficientemente escorada em dados objetivos contidos nos autos, não se há falar em constrangimento ilegal, descabida cautelar alternativa. Constrangimento ilegal inócua. Excesso de prazo não configurado. Necessidade de expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas

Superior Tribunal de Justiça

arroladas pela Defesa. Incidência do verbete 64 do E. Superior Tribunal de Justiça. Manutenção da situação do paciente. Ordem denegada.

No presente *writ*, o impetrante alega inexistirem fundamentos idôneos para custódia cautelar do ora paciente. Afirma, ademais, haver excesso de prazo na formação da culpa.

Em suas palavras (e-STJ fl. 6):

Na espécie, o paciente foi denunciado por receptação qualificada, artigo 180 § 1º, do C. Penal.

Todavia, no caso em questão, dado a sua primariedade, hipoteticamente, em uma eventual condenação, sua pena seria inferior a 4 quatro anos e o regime inicial de cumprimento da pena seria o aberto.

Portanto, até mesmo por questões de política criminal, não há como submeter o paciente às agruras de uma prisão cautelar exacerbada antes mesmo de uma formação concreta de culpa e condenação definitiva, por uma conduta que não apresentou nenhuma lesividade relevante aos bens jurídicos tutelados e que ao final poderá ser até inocentado.

Assim, ao que parece, a decretação da segregação cautelar e o encarceramento que experimenta, mais parece uma antecipação do cumprimento de uma reprimenda que ao final do devido processo legal, poderá ou não se concretizar.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *writ*. No mérito, pede a revogação da prisão, com ou sem aplicação de cautelares alternativas.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, notadamente diante da utilização pelo Tribunal de origem da Súmula n. 64/STJ, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – e o envio de cópia de outras decisões referentes à prisão cautelar do paciente – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator